

OPUS DEI OU OPUS JUDEI? MAIS UMA INFILTRAÇÃO DE SATANÁS PARA DEMOLIR A IGREJA

*Padre Curzio Nitoglia*¹

Introdução

Eu já havia escrito sobre o tema do Opus Dei quando, por casualidade, deparei com um folheto de um porta-voz da “Obra” que me fez refletir. No texto se lia: *“Um dia, Caminho foi queimado publicamente em um colégio de religiosas em Barcelona, cidade na qual o governador havia dado ordem de prisão a Mons. Escrivá. O fundador havia sido igualmente denunciado ao tribunal militar especial para a repressão da franco-maçonaria; suas detrações qualificavam o Opus Dei como ‘esse ramo judaico da maçonaria’, ou ‘essa seita judaica em relação com a maçonaria’”*.² O tema me impactou, tratei de me aprofundar no assunto. Recordo que a revista *30 Giorni* abordou o problema. No n. 5 de maio de 1990, encontrei um interessante artigo de Marina Ricci, no qual se lia: *“Ao fim de agosto de 1939, o Opus Dei abriu um oratório em Madrid. Dizia-se que estava decorado com símbolos cabalísticos e maçônicos”*.³ E também: *“Em 1941 (...) Escrivá foi denunciado ao tribunal especial para a repressão dos crimes da maçonaria e do comunismo. (...) Escrivá foi igualmente denunciado em 1941 às autoridades civis de Barcelona. A acusação era sempre a mesma: afirmava-se que debaixo do nome Opus Dei se ocultava um ramo judeu da maçonaria. (...) Em um convento de religiosas carmelitas foi queimada publicamente uma cópia de Caminho, o primeiro livro escrito por Escrivá”*.⁴ Essa coincidência me surpreendeu, nunca imaginei uma coisa parecida, salvo que achei por casualidade uma série de outros artigos muito interessantes que acrescentavam outras informações a esses textos.

Fabio Andriola entrevistou o grão-mestre do Grande Oriente da Itália, o advogado Virgílio Gaito, e lhe perguntou: *“Quais são as relações entre vocês e a assim chamada ‘maçonaria católica’?”*. “Penso”, respondeu Gaito, *“que o Opus Dei tem uma visão universal muito ampla... Este Mario Conde, que hoje tem a honra das crônicas, é um célebre representante do Opus Dei, e está também no conselho de administração de uma certa sociedade que tem como chefe o grão-mestre Di Bernardo”*.⁵ Ademais, Gaito revelou a *30 Giorni*: *“Em Lucerna, Suíça, Di*

¹ *Sodalitium*, n. 42, oct./nov. 1996.

² Dominique Le Tourneau, *L’Opus Dei* (PUF, 1984), p. 41.

³ Marina Ricci, *Presto un’aureola per Escrivá* (30 Giorni, 5 mai. 1990), p. 14.

⁴ *ibidem*, p. 15.

⁵ Fabio Andriola, *La Loggia é una cara di vetro* (L’Italia Settimanale, 26 jan. 1994), p. 72.

Bernardo criou a Fundação Dignity, presidida pelo professor Vittorio Mathieu, que, me parece, pertence ao Opus Dei, e da qual participa Giorgio Cavallo, ex-reitor da Universidade de Turim e ex-inscrito na Loja P-2. (...) Está também o financista ‘opusdeísta’ Mario Conde”.⁶

Porém isso não termina aqui. Em um livro muito bem documentado se lê: “*Foi Giuliano Di Bernardo quem, em 1970, pediu inscrição na loja P-2... Os meios financeiros e os fins da Fundação Dignity parecem pouco claros. Este organismo, do qual é presidente Di Bernardo, e o banqueiro espanhol Mario Conde, um dos principais inspiradores... Da fundação dependem uma academia de filosofia e um instituto de tradições místicas. Este último prepara um congresso sobre ‘misticismo judaico e cristão’. O financista não seria outro senão Mario Conde, próximo ao Opus Dei. Entre os possíveis mecenas da Fundação Dignity, encontra-se também Marc Rich, citado por Di Bernardo como dispensador de cursos de esoterismo judaico*”.⁷

Opus Dei ou Opus Judei?

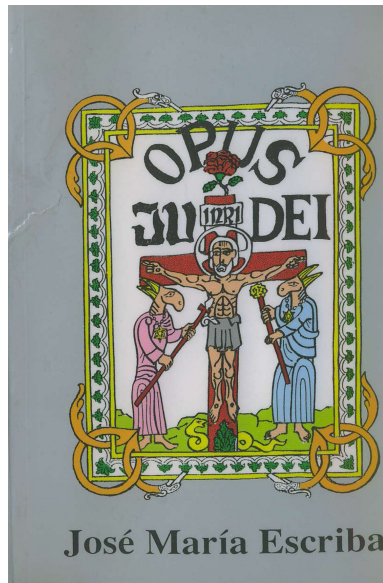
Porém o fato que mais me surpreendeu foi um livro que me enviaram da Colômbia, intitulado *Opus Judei*, escrito por José Maria Escriba (seguramente se trata de um pseudônimo), publicado em 1994 por Orion Editores em Bogotá, Colômbia. Esse livro proporcionou-me muitas informações que me eram completamente desconhecidas, sobre a vida, a doutrina e a obra de Mons. Escrivá. Nem tudo nele é para se tomar ao pé da letra, mas me parece que algumas afirmações estão bem documentadas e são sérias. Eu as submeto ao leitor tal como o autor as apresenta.

Antes de tudo, o autor sustenta que muitas bibliografias elogiosas de Mons. Escrivá estão cheias de afirmações inexatas: atribui-se a Mons. Escrivá uma série de estudos e títulos sem nenhuma justificação. Por exemplo, que fosse superior do Seminário São Francisco de Paula de Zaragoza, professor de Direito Econômico e de Direito Romano em Zaragoza e em Madrid, e licenciado em Teologia na Pontifícia Universidade de Zaragoza.⁸

⁶ G. Cubbeddu, *Giuliano il teista* (30 Giorni, febrero de 1994), p. 29.

⁷ Fabio Andriola, Massimo Arcidiacono, *L'anno dei complotti* (Baldini y Castoldi, 1995), p. 322–323.

⁸ José Maria Escriba, *Opus Judei* (Orion, 1994), p. 74.



José María Escriba (pseudônimo), *Opus Judei* (Orion, 1994)

A família de Mons. Escrivá

José Maria Escriba Albás foi o segundo de seis filhos. Nasceu em 9 de janeiro de 1902, em Barbastro, Huesca. Seu pai, José Maria Escriba Corzan se dedicou ao comércio de tecidos.⁹ Francisco Umbral escreveu no diário *El País*: “Espanha é um tabuleiro de oportunistas. O último foi Escrivá. Os Escrivá são uma família de comerciantes que fugiu de noite de Barbastro para evitar os seus credores”.¹⁰ Segundo Luis Carandell, o ingresso de Mons. Escrivá no seminário havia sido ditado pelas dificuldades econômicas de sua família.¹¹

Seminário e adolescência

O mesmo Escrivá afirmou: “*Nunca pensei em fazer-me sacerdote, nem me entregar a Deus... Inclusive eu me sentia anticlerical*”.¹² Porém, qual era a predisposição de Escrivá quando tomou a decisão de começar os estudos eclesiásticos no seminário? Ele mesmo responde: “*Eu não tinha uma só virtude, nem um único centavo*”.¹³ O insuficiente conhecimento do latim pesou muito sobre a vida de Escrivá.¹⁴ Permaneceu no seminário de Logroño desde outubro de 1918 até

⁹ Salvador Bernal, *Monseñor Josemaría Escrivá de Balaguer* (Rialp, 1976), p. 9.

¹⁰ *Los del Opus*. El País, 19 jan. 1986.

¹¹ Luis Carandell, *Vida y milagros de Monseñor Escrivá de Balaguer* (Editorial Laia, 1975), p. 118.

¹² Salvador Bernal, *op. cit.*, p. 55.

¹³ *id.*, p. 31.

¹⁴ Luis Carandell, *op. cit.*, p. 142–143.

setembro de 1920, ano em que partiu para Zaragoza. Segundo Luis Carandell, Escrivá havia sido expulso do seminário.¹⁵

Delírio de grandeza?

O certificado de batismo de Mons. Escrivá, como disse o autor de *Opus Judei*, que se conserva no registro da catedral de Barbastro, reza: “*Em Barbastro, no dia 13 de janeiro de 1902, o Padre Ángel Malo batizou solenemente a uma criança nascida às 22 horas de 9 de janeiro, filho legítimo de José ESCRIBA*”.¹⁶ Para estar todavia mais seguro, informei-me e pedi a ata de batismo, da qual obtive uma fotocópia, e esta reproduz exatamente a mesma informação. Uma nota à margem, acrescentada em 1943, indica uma mudança de sobrenome para Escrivá.¹⁷

Por que Mons. Escrivá, que nasceu Escriba, sentiu a necessidade de mudar de sobrenome, senão para ocultar suas origens? Quando o grande rabino de Roma, Israel Zolli, converteu-se sincera e realmente ao cristianismo, não mudou de sobrenome, tampouco o rabino Drach ou os irmãos Lémann; ao contrário, o que mudava de apelido era o marrano, que exteriormente se apresentava como cristão e interiormente e de maneira oculta judaizava.¹⁸ O seu sobrenome, pois, era Escriba entre 1915 e 1918, quando era estudante no Instituto Secundário de Logroño, porém já nessa época ele assinava Escrivá. Em 16 de junho de 1940, nos informa o autor, apareceu um édito publicado na Gazeta Oficial do Estado, em virtude do qual os irmãos Carmem, José Maria e Santiago Escrivá e Albás “eram autorizados a mudar seu sobrenome para Escrivá de Balaguer”. Então, depois de 1918 e antes de 1940, Mons. Escrivá já havia mudado seu nome de Escribá para Escrivá, e em 1940 agregou o título de Balaguer.

Em resumo, as mudanças foram:

- 1902: José María Escriba (com o B de Bologna; como se pode ler no certificado de batismo);
- 1915–1918: assina José María Escrivá (com V de Veneza, e acento no A);
- 1940: José María Escrivá de Balaguer;
- 1960: Josemaría (em uma só palavra) Escrivá de Balaguer;
- 1968: Josemaría Escrivá de Balaguer y Albás, marqués de Peralta.

¹⁵ *id.*, p. 147.

¹⁶ José Maria Escriba, *op. cit.*, p. 123.

¹⁷ Luis Carandell, *op. cit.*, p. 79–80.

¹⁸ José Maria Escriba, *op. cit.*, p. 126. Cf. *Sodalitium*, n. 39, p. 18.

Ainda segundo o autor de *Opus Judei*: “A concessão do título que exibiu a partir de 1968 se encontrava manchada por numerosas anomalias e irregularidades: por exemplo, na Assembléia da Nobreza se ocultou fraudulentamente, em 1968, a manipulação do apelido *Escriba*, circunstância que não aparece no sobrenome de reabilitação do título de marquês de Peralta, pedida por Josemaría Escrivá de Balaguer e Albás”.¹⁹

O título de marquês, como dignidade pessoal e intransferível, foi concedido pelo arquiduque Carlos de Áustria a dom Tomás de Peralta em 12 de fevereiro de 1718, e nunca nenhum filho nem herdeiro legítimo de dom Tomás reivindicou um título intransferível. “Calcula-se que a compra do título custou, à época, a soma de 250.000 pesetas”.²⁰ O periodista Luis Carandell se pergunta com razão: “Que razão podia justificar o fato de Mons. Escrivá, fundador de um instituto que persegue a santificação de seus membros, reivindicar um título nobiliárquico?”.²¹ Outro periodista, Juan Gomis, escreveu na revista *El Ciervo* um artigo intitulado *Que é isso, Monsenhor?*, no qual se perguntava: “Como é possível que um sacerdote aspire a estas honras?”. Por sua parte, o prêmio Nobel de Literatura Camilo José Cela escreveu: “Os religiosos não são nem marqueses nem condes. (...) Nada disso é sério. A gente se rirá muito desse marquesado”.²²

Coincidências inquietantes

Quando morreu o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, Mons. Javier Echevarría, atual prelado do Opus Dei, enviou suas condolências à liga anti-difamatória (ADL) da B’nai B’rith, por meio da Sra. Lisa Palmieri-Billig (que, oh coincidência!, escreve em *Studi Cattolici*, a revista do Opus Dei). Agora bem, sabemos que a Sra. Billig é a representante da B’nai B’rith. Também sabemos que Rabin era franco-maçom, como declarou Virgilio Gaito.²³ Como pode ser que o atual prelado do Opus Dei e sucessor de Mons. Escrivá de Balaguer e de Álvaro de Portillo envie condolências a Sra. Billig “como representante na Itália da ADL da B’nai B’rith”?²⁴

Ademais, quando morreu Álvaro de Portillo, foi posto um lenço branco sobre o piso, não sobre uma cama ou uma mesa, como fazem os cristãos. Ritual estranho? Não, os judeus têm o costume de colocar seus mortos dessa forma na terra, como

¹⁹ José Maria Escriba, *op. cit.*, p. 129.

²⁰ *id.*, p. 127; cf. Jesús Infante, *La prodigiosa aventura del Opus Dei* (Ruedo Iberico, 1970), p. 32.

²¹ Luis Carandell, *op. cit.*, p. 64.

²² José Maria Escriba, *op. cit.*, p. 129.

²³ F. Torriero, *Ferma è la Massoneria* (L'Italia Settimanale, 22 fev. 1996), p. 29.

²⁴ Cf. Lettre del 6/11/1996.

podemos ler em *Regole ebraiche di lutto*: “*Los despojos se extienden sobre el suelo*”.²⁵ Simples coincidência ou cripto-judaísmo?

Anomalias ascéticas e pastorais do Opus

Para concluir, quisera retomar o discurso que havia começado em *Sodalitum*,²⁶ a propósito da concepção do trabalho nos escritos de certos autores do Opus Dei. Dominique Le Tourneau, porta-voz do Opus, escreve: “*Na vida do povo cristão o trabalho não é tomado como algo bom em si, senão como um meio ascético. Depois de São João Crisóstomo, tem-se a impressão de que o cristão médio não se encontra chamado a viver o Evangelho*”.²⁷ E continua: “*A aparição das ordens mendicantes (...) não comporta a afirmação do valor do trabalho profissional. (...) Santo Tomás apresenta as ocupações seculares como um obstáculo para a contemplação. (...) No curso dos séculos a atenção se desvia do trabalho*”.²⁸ E finalmente, depois de quinze séculos de catalepsia veio Escrivá, *et labor caro factum est*. Um pouco mais longe, o teólogo do Opus acentua: “*Uma certa evolução positiva é esboçada pelo Renascimento com homens como Erasmo*”.²⁹ E sobre este ponto, o autor cita o mesmo Escrivá: “*O caminho da vocação religiosa me parece necessário na Igreja, porém não é o meu, nem é o dos membros do Opus. (...) Vindo ao Opus, eu o fiz com a condição explícita de não mudar de estado*”.³⁰ João Paulo I disse justamente que, se São Francisco de Sales propôs uma espiritualidade para leigos, Escrivá propõe uma espiritualidade laica.³¹

Juan Morales afirma, depois de haver estudado sete obras das edições Rialp (do Opus), que a Obra “*é um verdadeiro cavalo de Tróia no seio da Igreja*”.³² O autor mostra, com muitas citações, que o espírito de Mons. Escrivá era não somente laico senão claramente anti-clerical. Peter Berglar diz: “*Escrivá estava contente de fazer ordenar seus três primeiros sacerdotes, porém também triste de que não permanecessem laicos*”.³³ Salvador Bernal escreve a este respeito: “*Para nós (Mons. Escrivá), o sacerdócio é uma circunstância, um acidente, já que no Opus a vocação dos sacerdotes e dos seculares é a mesma*”.³⁴ E um pouco mais longe: “*As obras apostólicas organizadas pelo Opus Dei (...) se governam com uma*

²⁵ *Regole ebraiche di lutto* (Carucci, 1980), p. 17.

²⁶ Cf. n. 40, p. 69–71.

²⁷ Dominique Le Tourneau, *El Opus Dei* (Ediciones Rialp, 2006), p. 20.

²⁸ *id.*, p. 22–23.

²⁹ *id.*, p. 23.

³⁰ *id.*, p. 25.

³¹ *id.*, p. 26.

³² Juan Morales, *El Opus Dei: su verdadera faz* (Madrid, 1991).

³³ Peter Berglar, *Opus Dei* (Ediciones Rialp, 2002), p. 218.

³⁴ Salvador Bernal, *op. cit.*, p. 153.

mentalidade laica (...), é por esse motivo que não são confessionais".³⁵ Essas doutrinas, vistas com desconfiança na Espanha nos anos 40 (e que expressam o culto do trabalho, do dinheiro, o laicismo, o anti-clericalismo, marca característica da judeo-maçonaria), foram logo ratificadas pelo Concílio Vaticano II, como disse Vázquez del Prada.³⁶ Os membros do Opus Dei não têm nenhuma dificuldade em admitir o espírito essencialmente inovador (ainda que aparentemente conservador) da Obra, uma das características mais enganosas da instituição. A esse respeito, José Miguel Ceja afirma: "*As páginas de Caminho representavam uma novidade quase escandalosa*".³⁷ É significativo o fato de que, segundo Escrivá, o homem foi criado por Deus não para conhecê-lo, amá-lo e servi-lo, senão para trabalhar, e, para provar essa afirmação, Mons. Escrivá não hesita em desnaturalizar a significação da Escritura, onde se diz que Deus "pôs o homem no jardim de delícias para cultivá-lo".³⁸ O trabalho para o cristão não é um fim, senão somente um meio (inclusive de santificação). Para o calvinista e o talmudista, o trabalho pode ser um fim, porém não para o católico.³⁹

O pluralismo

Mons. Escrivá dizia: "*O pluralismo não é mais temido, senão amado como uma consequência legítima da liberdade pessoal*".⁴⁰ "*Sua paixão pela liberdade levou a transformar as casas da Opus Dei em residências interconfessionais*".⁴¹ Sobre isso, Berglar diz: "*Quando o fundador obteve finalmente a permissão para admitir na Obra a não-católicos e não-cristãos entre os 'cooperadores', a família espiritual do Opus Dei se completou*".⁴² Tal espírito ecumenista e pancristão já havia sido condenado em 1928 por Pio XI, em sua encíclica *Mortalium Animos*, como algo separado por completo da religião revelada.

O poder político do Opus

Em 1957, o generalíssimo Francisco Franco formou seu sexto governo. Entraram novos ministros, muitos deles eram tecnocratas, alguns pertenciam ao Opus. "*A economia espanhola se encontrava em dificuldades (...) o Caudilho buscava homens eficazes. (...) Sobre quatro tecnocratas, três são do Opus Dei. (...) Eles*

³⁵ *id.*, p. 30.

³⁶ Andrés Vázquez del Prada, *El fundador del Opus Dei* (Ediciones Rialp, 2004), p. 336.

³⁷ José Miguel Ceja, *Estudios sobre 'Camino'* (Ediciones Rialp, 1988), p. 100.

³⁸ Gn 2,15.

³⁹ Cf. *Sodalitium*, n. 40, p. 70.

⁴⁰ *Reportaje a Mons. Escrivá de Balaguer* (Fayard, Paris), p. 126.

⁴¹ Nicolas Dehan, *Un extraño fenómeno pastoral, el Opus Dei* (Le sel de la terre, n. 11, invierno 1994-1995), p. 135.

⁴² Peter Berglar, *op. cit.*, p. 244. Cf. também Vázquez del Prada, *op. cit.*, p. 258.

empreenderam as reformas e começaram o aggiornamento. (...) Quanto mais aumenta a influência de ministros do Opus, mais diminui a da Falange. (...) Grupos de altos financistas chegaram à Espanha. (...) Eles elaboraram um plano de estabilização e prometeram que sua aceitação aportaria todas as classes de vantagens: a peseta se estabilizaria, o governo americano e os bancos americanos ajudariam. Sustentado pelos economistas do Opus, o plano foi aceitado oficialmente pelo governo em julho de 1959. (...) Esses tecnocratas, obcecados pela produtividade e o êxito material a todo custo (...) sacrificando a parte alta, nobre ou espiritual do indivíduo, logo chamaram financistas internacionais e políticos mundialistas. A Espanha, preservada ao menos oficialmente e por leis da corrupção moral, abriu, graças ao Opus Dei, suas fronteiras para fazer entrar dinheiro. (...) Em 1961, as hordas ocidentais trouxeram às praias espanholas mil milhões de dólares, os espetáculos imorais e o fermento da corrupção do liberalismo. Espanha sacou um verdadeiro proveito?”⁴³ Distingo: enquanto ao trabalho (“opusdeisticamente” falando, como fim do homem), sim, porém, em relação ao Reino dos Céus (cristãmente falando), penso verdadeiramente que não.

Conclusão

Parece-me que o dilema ante o qual nos encontramos no começo do artigo (Opus Dei ou Opus Judei?) pode ser facilmente resolvido pelo leitor.

Nota da Confraria de São João Batista: reparem, no artigo abaixo, que o fundador do Opus Dei era ecumênico, inovador, nada conservador, indo contra a determinação do Papa Pio XII de evitar o ecumenismo e a mistura com outras religiões — mais um indício de prática judaizante e cripto-judaísmo —, além de ter sido queridinho de João Paulo II, judaizante-mor, avacalhador do Rosário, vendilhão do templo, antropocêntrico e (falso devoto mariano) sem fé.

O Opus Dei e a política⁴⁴

Monsenhor Vicente Ancona Lopez

O Opus Dei aparecer no WikiLeaks era uma questão de tempo; em um primeiro momento, soa engraçado o poder que nos atribuem. Confesso que me divirto com

⁴³ Peter Berglar, *op. cit.*, p. 244. Cf. também Vázquez del Prada, *op. cit.*, p. 258.

⁴⁴ Folha de São Paulo, 13 de março de 2011.

os comentários que, de vez em quando, saem na imprensa sobre o Opus Dei e a sua suposta atuação política. Aparecer no WikiLeaks era uma questão de tempo.

Num primeiro momento, soa engraçado o poder que nos atribuem; depois, na autocrítica, a conclusão é séria: a nossa comunicação precisa melhorar. Não se trata de melhorar a imagem da Obra, mas, sim, de erradicar uma ideia falsa, transmitindo o que realmente somos.

As pessoas que participam das suas atividades sabem que o Opus Dei não faz política. A sua atuação tem outra dimensão: lembrar que todos, também os políticos, são chamados por Deus a serem santos; e que essa santidade pode e deve ser procurada nas atividades da vida diária, realizando-as por amor a Deus e ao próximo.

Ora, se a Obra tivesse posição política, trairia a sua finalidade, já que de alguma forma estaria privando dessa mensagem quem possuísse uma visão política diversa. Em Roma, convivi com são Josemaria, fundador do Opus Dei, de 1969 a 1975. Nesse período, nunca o ouvi falar de política. Falava, sim, de conviver e dialogar com todos. Dizia que caridade, mais do que em dar, consiste em compreender.

São Josemaria era o oposto do que se poderia esperar de um conservador. Estava aberto às novidades, queria aprender, inovar. Quando passou uma temporada no Brasil, entre maio e junho de 1974, dizia que tinha aprendido muito do povo brasileiro: da nossa cordialidade, da nossa alegria, dessa convivência aberta a todos. E estava, na época, com 72 anos!

Ao mesmo tempo, foi muito incisivo ao nos dizer que aqui havia muito trabalho a fazer, que era preciso melhorar a condição de vida de muitas pessoas. Ao visitar o Centro Social Morro Velho, e também numa conversa com dom Paulo Evaristo Arns, afirmava que não seria cristão permanecer indiferente a tanta desigualdade. Sob o seu impulso nasceram muitas iniciativas sociais no Brasil e no mundo.

São Josemaria foi pioneiro no ecumenismo, rompendo, ainda nos anos 40, resistências na Santa Sé, ao solicitar que, no Opus Dei, houvesse cooperadores de todas as religiões, também ateus. Hoje, é uma realidade em todos os países nos quais a Obra trabalha: cooperadores protestantes, evangélicos, judeus, muçulmanos... Mas e a relação do Opus Dei com o governo de Franco na Espanha? Faz anos que se esclarece esse tema, e talvez aqui tenhamos falhado ao comunicar. Em primeiro lugar, o Opus Dei não apoiou Franco. Segundo: houve muitos membros do Opus Dei que fizeram oposição a Franco; por isso, alguns

tiveram que se exilar. Por outro lado, alguns poucos membros do Opus Dei colaboraram com o governo de Franco. E por que o Opus Dei não fez nada? Simplesmente porque o Opus Dei não interfere nas atividades políticas dos seus membros, e cada um atua como lhe parece mais conveniente. A liberdade sempre implica riscos, e o Opus Dei prefere correr esses riscos. Agora, por outro ângulo: o que pode ter a ver com Franco uma dona de casa do Cazaquistão, um estudante universitário do Congo ou um taxista mexicano que sejam do Opus Dei?

Se alguém quiser saber qual é o projeto de poder do Opus Dei, está convidado a conhecer as suas atividades, para que possa ouvir pessoalmente o que ali se diz. Fala-se de caridade, de excelência nas virtudes, de vida de oração, de aceitar com alegria as contrariedades, de castidade, de trabalhar com competência etc.

Não poderia ser de outra forma: essa é a mensagem da Igreja Católica, e o Opus Dei nada mais é do que uma pequena parte da igreja, que não tem um projeto de poder, e sim um projeto de serviço.

Monsenhor Vicente Ancona Lopez, 61, é vigário regional da prelazia do Opus Dei no Brasil.